



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. I

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1998

Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945)*

Jorge Ferreira
Universidade Federal Fluminense

Em 1937, de Porto Alegre, Heitor Pinto Silveira escreveu a Vargas afirmando ser opositor ao governo do estado. Desse modo, ele não poderia pedir um emprego ao governador que, inclusive, não conta mais com o apoio do presidente:

Mas por ser opositor eu não me julgo impossibilitado de solicitar um emprêgo ao exmo. sr. Presidente da República. Pedir uma colocação é a coisa mais natural dêste mundo; agora não o era absolutamente na República Velha em sendo agente da oposição(...) A República Nova está mudando essa mentalidade e graças às idéias e ideais de Getúlio Vargas (...)¹.

A leitura da carta de Heitor poderia sugerir, a princípio, a manifestação entre os trabalhadores do projeto político varguista. Poderia sugerir, também, uma reprodução passiva do discurso dos governantes. Porém, é preciso perceber que Heitor elogia Getúlio Vargas e depois pede um emprego. Ele usa os argumentos de dominação política para tirar proveito e conseguir o almejado emprego. Informado das desavenças entre o presidente e o governador, ele trabalha e explora as divergências entre os dois políticos.

A maneira de abordar os textos dos trabalhadores, aqui, usando as palavras de Robert Darnton, não é “transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia”². Heitor aceita as formulações dominantes, elogiando

a nova ordem política pós-30, sem dúvida. Mas, quando conta a seu modo, procura tirar proveito da situação. Heitor procura, na verdade, “se virar” dentro de um contexto político e social onde as alternativas eram muito restritas.

Vejamos outro texto que demonstra como as condições de vida levam os indivíduos a construir argumentos para contornarem as dificuldades. Quando em 1938, de Diamantina, Minas Gerais, Amerida de Mattos Diniz escreveu a Getúlio Vargas procurando obter um benefício, elaborou um contra-argumento construído a partir do próprio discurso dominante. À procura de justiça ela legitima sua atitude com o seguinte argumento:

Não faço senão cumprir os desejos de Va. Excia. que já declarou que no Estado Novo não existem intermediários entre o governo e o povo³.

A afirmação de Vargas, em seus discursos, procurava legitimar a ditadura com o fim dos partidos e do Congresso, sugerindo o contato direto entre chefe e povo. Amerida trabalha com este argumento, recriando um outro na cobrança das mesmas afirmações do presidente.

Após a introdução do texto, a autora declara que é agente postal em Buenópolis há mais de onze anos, recebendo tão-somente 200\$000 de salário. Com doze filhos, somente agora o marido conseguiu emprego, em Diamantina, o que obriga a família a ficar longe dele durante toda a semana. Para que a família ficasse unida, Amerida prestou concurso para a empresa de Correios e, embora aprovada, não foi nomeada para o emprego. Seu objetivo é a nomeação para o cargo, a fim de que possa transferir-se para Diamantina e morar junto ao marido. No entanto, procurando elaborar melhor o argumento, ela parte dos pressupostos doutrinários do Estado Novo visando reforçar seu ponto de vista. É interessante observar, nesta parte do texto, como a autora trava uma argumentação com o poder:

O Estado Novo colocou a família sob sua proteção especial e prometeu o amparo as famílias numerosas. Pois bem. Va. Excia. fazendo a minha nomeação estará protegendo a família pois bem sabe Va. Excia. que é improprio do casamento viverem os conjuges separados um do outro. Tal situação só pode concorrer para a desagregação do lar. E se essa situação é por motivo economico, mais uma razão existe para Va. Excia desfazê-la, auxiliando a esta numerosa família, possibilitando-a viver junto do seu chefe e reduzindo (assim) as suas despesas.”

Além de expor suas próprias convicções sobre a moral conjugal, Amerida aceita as formulações relativas ao Estado amparador da família. No entanto, ao assumir o discurso dominante, ela o interpreta de acordo com seus interesses e o reelabora em proveito próprio. Atenta à doutrina estadonovista, particularmente no que se refere à família, Amerida cobra coerência do discurso oficial: a nomeação para o cargo seria a realização daquilo que o Estado dizia estar acontecendo na vida dos trabalhadores. Amerida utiliza a doutrina oficial, selecionando aqueles elementos que melhor convêm aos seus interesses.

245

Para compreender melhor a cultura política popular na época de Vargas, sigo, aqui, algumas indicações de Peter Burke, sobretudo ao recusar a chamada “teoria do rebaixamento”. Para o autor, as imagens, relatos e idéias dominantes não são aceitos passivamente pelos populares, mas interpretados, modificados e transformados. “As mentes das pessoas comuns”, diz Burke, “não são como uma folha de papel em branco, mas estão abastecidas de idéias e imagens”. Formando uma espécie de crivo, as percepções e valores dos indivíduos e dos grupos assimilam algumas novidades do discurso dominante e recusam outras⁴. Assim, é preciso evitar a abordagem de que o projeto político varguista teria dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestar qualquer avaliação crítica e impedindo-as de reivindicarem seus direitos. Teoricamente mais interessante é a noção de *apropriação*, sugerida por Roger Chartier⁵, ou seja, o reconhecimento das invenções criadoras no processo de recepção das mensagens.

Tentemos trabalhar com essa abordagem no depoimento de Antonio Ivo Vieira que, de Belo Horizonte, em 1939, escreveu a Vargas declarando ser guarda de segunda classe na E.F.C.B., com vinte anos de trabalho e com a folha de serviço limpa. Segundo Antonio:

Tenho 4 filhos que necessitam de conforto e alguma instrução e eu com este parco ordenado de 350\$000 mensais não estou na altura de dar-lhes nem sequer a instrução primaria, que infelizmente até isto agora se paga: soffro grandes descontos em folha de pagamento (...); não tenho podido nem ao menos sustentar os meus filhos com esse parco vencimento (...); a minha situação é mais que premente, é afflictiva e angustiosa e sei que tenho já direitos adquiridos para merecer uma promoção (...). Nem roupa e calçado para os meus 4 filhos, posso adquirir, pois o meu ordenado mal dá para não morrermos à fome⁶.

Após denunciar, com certa contundência, suas difíceis condições de vida, Antonio, em aparente contradição, afirmou em seguida:

Desde já Sr. Presidente, peço para que Deus abençõe à V. Excia. e toda Exma. familia e V. Excia. poderá em qualquer terreno, contar com a mais sincera e grata admiração, do mais humilde servidor da Nação, de que é V. Excia. o seu mais alto Magistrado e Chefe forte, energico e justiceiro. Salve! Sr. Presidente Dr. Getulio Vargas.

O objetivo de Antonio é apenas a promoção. No entanto, Antonio continua escolhendo duas vias de argumentação, excluídas e complementares ao mesmo tempo.

Na primeira, ele argumenta, denuncia na verdade, que sua situação é premente, aflitiva e angustiante, já que seu ordenado é para não morrer de fome. Com o parco salário, com grandes descontos em folha, não tem podido sustentar os filhos, comprar-lhes roupas, calçados, dar-lhes conforto e instrução. Aqui, Antonio nada tem de conformado e o que demonstra é revolta, indignação e sentimentos de injustiça.

Na segunda via, porém, em aparente contradição com a primeira, Antonio se diz humilde servo, além de sincero e grato admirador de Vargas.

Antonio procura alcançar sua promoção demonstrando a grave situação em que vive, em que denuncia e protesta ao mesmo tempo em que aceita e confia. Confiando e negando em um mesmo movimento, para Antonio não há contradição entre o aceitar e o opor. Existem na consciência social do autor, isto sim, limites que não podem ser rompidos. A denúncia tem de ser seguida de elogios ao chefe de governo. Ultrapassados os limites, ele estaria pondo em perigo a possibilidade da realização de seu objetivo e, talvez, a sua própria segurança individual. A propósito, poderia ser diferente? Haveria possibilidade de Antonio apenas denunciar sem nenhuma manifestação de aceitação ao regime? Ao aceitar resistindo, Antonio manifesta valores políticos populares que, como filtros culturais, reelaboram e reinterpretam as concepções dominantes em proveito próprio.

As enunciações discursivas de trabalhadores e populares na época do primeiro governo de Vargas demonstram como eles aceitavam o discurso oficial e as concepções dominantes. Todavia, não interpreto essas formas de expressão como conformismo, passividade ou resignação, mas, antes, como *apropriação*, permitindo que eles fizessem leituras criativas e desviantes. Passando por difíceis situações econômicas e sociais, ao recorrerem ao Estado, produtor de toda uma legislação que os beneficiava materialmente e formulador de um discurso que assumia suas dificuldades, os trabalhadores procuravam uma alternativa a mais em suas vidas – como escrever ao presidente – que, como estratégia, não poderia ser subestimada. Mais ainda, as pessoas comuns apresentavam em seus escritos formas de críticas ao estado de coisas que viviam, criando contra-argumentos que tinham como base as idéias dominantes.

Os argumentos formulados pelos trabalhadores, no entanto, elegeram um personagem central para a resolução de suas demandas e satisfação de suas reivindicações: Getúlio Vargas. Afinal, era para o presidente que eles escreviam.

Mas qual o significado que a imagem de Vargas assumiu na cultura política popular da época?

Vejamos o que escreveu Nelson Aranha, em 1939, da cidade de São Paulo, e o que o levou a mudar suas concepções políticas. Segundo Nelson, durante os acontecimentos da Revolução de 30, particularmente quando Vargas chegou em São Paulo, a caminho do Rio de Janeiro,

confesso não ter tomado parte absolutamente nas manifestações de que foi alvo, não tomei porque era fervorosamente contra aquelle golpe e muito mais ainda contra V. Exa. de quem ainda o fui por muito tempo⁷.

Após declarar que foi contra o “golpe” de 1930 e de ter sido opositor de Vargas por nove anos seguidos, Nelson justifica suas razões:

Apesar de reconhecer algumas falhas no governo passado, era admirador incondicional da pessoa do então Presidente, pois que julgava estar certo de que as falhas provinham sómente de seus auxiliares, nunca cheguei a conclusão de que (era) elle o unico culpado.

248

Comparando a administração de Vargas com a de Washington Luis é que o escritor inicia um processo de reflexão de suas próprias idéias:

Neste caso, agora cumpre-me dizer, que, ou lhe faltava competencia ou lhe faltava um pouco mais de amor ao nosso querido Brasil – vejo agora as inumeras falhas e erros, bem como a falta de cumprimento das leis, vejo agora o quanto eram nossos irmãos desprezados, homens de valor, filhos legítimos do Brasil (...) – Tudo dependia d'elle, sómente d'elle, era elle o unico culpado não ha duvida.”

A preocupação de Nelson está centrada em personalidades políticas, sobretudo aquelas que ocupam o cargo de presidente da República. Para Nelson,

as vossas sabias leis, as vossas patrioticas leis que venho acompanhando com absoluto interesse, tudo destruii, vejo agora o quanto da necessidade tinha o nosso grande e amado Brasil de um homem de pulso de ferro e de um bom filho como é V. Exa.

Em sua carta, Nelson descreve como muda suas idéias políticas: de como afirma ser “admirador incondicional” do antigo presidente até concluir que “era ele o único culpado”; de como era “fervorosamente” contra Vargas para, mais tarde, reconhecer o seu valor.

No entanto, segundo Nelson, Vargas tem qualidades das quais o presidente anterior era desprovido: ele reconheceu que os trabalhadores, antes “desprezados”, são “homens de valor”, “filhos legítimos do Brasil” e, ao compreender tais dificuldades, concedeu-lhes “sábias e patrióticas leis”. Esta, a meu ver, é a questão central que incentivou Nelson a mudar suas idéias: Vargas reconheceu a legitimidade política e social dos trabalhadores, seus sofrimentos e dificuldades e, generosamente, concedeu-lhes uma legislação que os beneficiou no trabalho e na vida comum. Vargas, para Nelson, investe-se de legitimidade ao produzir ganhos materiais e, particularmente, simbólicos aos trabalhadores.

O “mito” Vargas, portanto, não foi criado simplesmente pela vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo DIP. Não há propaganda, por mais sofisticada e massificante que seja, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas, assim, narra um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.

Para compreender o significado que o nome de Getúlio Vargas assumiu na cultura política popular brasileira é preciso considerar a repercussão, senão o impacto, que a legislação trabalhista e o discurso de valorização do trabalho causou entre os assalariados. Avaliando as mensagens contidas nas milhares de cartas enviadas a Vargas, as temáticas mais recorrentes ressaltam o respeito ao operário, o reconhecimento de suas dificuldades e a sua valorização na sociedade por parte do presidente, bem como a justiça e os benefícios generosamente *concedidos* por ele. Tais manifesta-

ções, no essencial, não diferem dos mesmos anseios de operários de outras nacionalidades. Seguindo algumas idéias de Barrington Moore Jr. ao estudar o caso alemão, trabalhadores e populares perceberam no governo de Vargas a possibilidade de serem tratados e viverem como seres humanos - ou seja, reconhecidos politicamente e valorizados socialmente. Para Barrington Moore, “concreta e especificamente, o tratamento humano decente significa aquele mínimo de respeito e preocupação merecido por todos os membros da comunidade nacional”. Por “tratamento humano decente” entende-se segurança na velhice, garantia contra as arbitriedades patronais, justiça nas relações trabalhistas, regulamentação de salários e jornadas de trabalho e, particularmente, o reconhecimento e a valorização social e política⁸.

Assim, o tratamento humano decente de que fala Barrington Moore Jr. inclui, particularmente, concepções populares sobre os significados de justiça e injustiça. É sistemática e insistente, na correspondência, como as pessoas relacionavam Getúlio Vargas como um governante que instituiu no país a justiça social.

250

Antes de qualificar os apelos por justiça como o natural processo de domesticação dos trabalhadores, resultado da propaganda política conjugada à repressão policial, é preciso observar que, ao lado de uma sincera exaltação ao presidente, trabalhadores e populares também estabeleciam estratégias de vida. Ao aceitarem o “mito Vargas” como verdadeiro, eles cobravam a realização da justiça que os governantes diziam estar sendo praticada.

A maneira como os populares se apropriaram da imagem de Vargas e nele viam a possibilidade de realização da justiça encontra-se, de maneira acentuada, na carta de Dinorah F. Wangler, do Rio de Janeiro. Diz a autora que residia na cidade do Rio de Janeiro com seu marido, quando ele passou a sofrer de tuberculose, doença de difícil tratamento na época, cujos resultados nem sempre eram animadores. Os médicos, pessimistas com o caso, aconselharam Dinorah a procurar uma cidade de clima ameno, apropriada para o tratamento, na esperança de melhoras. O casal,

então, foi residir na cidade de Miguel Pereira, região serrana do Estado, conhecida por seu clima agradável. Após a mudança para a cidade, Dinorah conseguiu um emprego, com o qual passou a sustentar as despesas do casal, confiando na recuperação do marido. Com o passar do tempo, paulatinamente, ele foi recuperando a saúde, até curar-se do terrível mal. Nesse momento, surgiu um novo dilema para o casal. Com a melhora do marido, não haveria motivos para continuarem morando na agradável cidade de Miguel Pereira; seria hora de voltarem ao Rio de Janeiro para que ele assumisse seu emprego, voltando a sustentar o lar. O drama de Dinorah, como afirma, é que a volta ao Rio pudesse significar o retorno da doença. Assim, ela escreveu a Vargas pedindo, para o marido, um emprego naquela cidade, como escrevente da E.F.C.B. Nesse ponto da carta, Dinorah argumenta com o presidente:

Por isso eu imploro a V. Exa. que atenda o pedido que lhe vou fazer, como Chefe da Nação, como Pai dos Brasileiros, pois eu me considero sua filha, e um pai não deve negar nunca um pedido justo que lhe faz uma filha num dos momentos mais angustiantes de sua vida (...)º.

251

O que Dinorah faz é reinterpretar o discurso estatal construtor de toda uma simbologia relativa ao “grande pai” – sobretudo a expressão “pai dos pobres” – em benefício próprio. Com um pedido que ela considera justo e definindo-se como “filha” e “pobre”, a autora da carta criou um argumento inteiramente convincente para a realização de seu pedido. Ao assumir o papel de filha e pobre, Dinorah quer coerência do discurso estatal, quer que Vargas, de fato, assuma o título de “pai dos pobres”, mas dê o emprego ao marido.

As manifestações de apoio de trabalhadores e populares a Vargas demonstram o êxito obtido pelos formuladores da imagem presidencial. No entanto, é preciso lembrar que o conjunto de imagens que deram forma ao chamado “mito” Vargas não foi recebido de maneira passiva. Os trabalhadores reconheceram os benefícios obtidos e o “tratamento humano decente” que passaram

a receber, mas também interpretaram a simbologia presidencial de acordo com seus padrões culturais, recriaram uma outra imagem de Vargas que lhes interessava e, a partir da leitura oferecida por sua cultura política, trabalharam por suas reivindicações. Quero enfatizar, porém, que o apoio manifestado pela população não era exatamente aquele que o governo almejava.

Quando trabalhadores e populares explicavam sua realidade social, apresentavam uma forma peculiar de se apropriar do discurso autoritário, dando-lhe novos significados e interpretações. Se eles assumiram o discurso dominante, e daí sua eficácia, não se tratou, no entanto, de simples reprodução ou submissão intelectual. Longe de repetirem mecanicamente a doutrina estatal, a simbologia dominante foi repensada e, por meio de filtros culturais, reformulada e reelaborada. Nada indica que os trabalhadores tornaram-se meros reprodutores das mensagens dominantes. Ao contrário, as pessoas comuns tinham informações dos acontecimentos políticos e da doutrina estatal, e as utilizavam em proveito próprio, trabalhando por suas demandas. Era uma estratégia de lutar dentro do sistema político, aproveitando as oportunidades que se abriam.

Vistas de cima, porém, as enunciações populares podem sugerir apenas um conformismo generalizado. Mas conformismo, passividade e “alienação” muitas vezes estão nos olhos de quem os vê. O apoio e a confiança que os trabalhadores depositaram em Vargas, aqui, são entendidos como aceitação a um estado de coisas que fugia a seu controle. Aceitavam, pois naquele momento não havia alternativas. Além disso, o objetivo não era apenas o de exaltar gratuitamente Vargas, mas, sim, dar um passo à frente, avançar, conseguir um emprego, um aumento salarial ou melhorar de vida. A aceitação ao regime, enfim, não implicava necessariamente resignação ou conformismo.

NOTAS

- * Este trabalho resume algumas idéias contidas no livro *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- ¹ Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Processo nº 31.823.
- ² DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. xiv.
- ³ AN. FSPR. Processo nº 7.823.
- ⁴ BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 86.
- ⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.
- ⁶ AN. FSPR. Processo nº 4.040.
- ⁷ AN. FSPR. Processo nº 16827.
- ⁸ MOORE JR. Barrington. *Injustiça; as bases sociais da obediência e da rev.*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 312-313.
- ⁹ AN. FSPR. Processo nº 18591.